

COLEÇÃO HISTÓRIA DO DIREITO BRASILEIRO – O PODER DO LIVRO

NILSON VITAL NAVES

*Presidente do Superior Tribunal de Justiça
E do Conselho da Justiça Federal*

Ao ter a grande satisfação de apresentar as primeiras obras reeditadas nos termos do convênio entre o Senado Federal e o Superior Tribunal de Justiça, ocorrem-me às palavras do poeta do “Paraíso Perdido” em sua “Areopagitica”: “Livros não são coisas totalmente mortas, mas guardam em si uma força vital que os faz tão vivos como a alma que os deu à luz; preservam, como num frasco precioso, a mais pura essência do intelecto que os criou.”

Foi à preservação dessa essência – o saber de alguns dos maiores nomes de nossa literatura jurídica – um dos aspectos que nos impeliram a levar adiante o projeto, em parceria, é claro, com o Senado Federal, sem cuja cooperação ele não seria possível, à míngua, infelizmente, em nossos quadros e em nossos cofres, de elementos materiais e de recursos orçamentários.

Outro aspecto de nossa iniciativa tem a ver com a feliz oportunidade de nos colocar nas estantes, de deixar para sempre algo mais do Superior nas prateleiras das bibliotecas e das livrarias. Um bom amigo me disse certa feita que só se perpetua aquilo que se imprimiu – obra das vinte e seis letras que, desde sua primeira manifestação, há mais de quatro mil anos, vêm transformando o mundo ocidental e que foram designadas pelos dois primeiros sinais gregos – alfa e beta, isto é, o alfabeto.

Sem dúvida, se marcante a iniciativa que ora comemoramos, marcante se faz à união de esforços do Superior Tribunal



<http://bdjur.stj.gov.br>

e do Senado Federal para a edição de produções oriundas de uma plêiade de juristas; obras de ontem, sim, foram escritas ontem, mas escritas de forma perene, portanto de cunho e valor inesquecíveis e inestimáveis – obras que não de enriquecer toda e qualquer biblioteca.

A proposta, pela visão que encerra, ajuda a resgatar um pouco mais a história de nosso Direito: já se disse que o conhecimento de uma legislação depende do bom conhecimento de sua história. Lê-se em Maximiliano, na sua “Hermenêutica”: “... daí a grande utilidade da História do Direito... cumpre verificar o desenvolvimento que tiveram no passado os institutos jurídicos...”. Também já se disse, e se disse muito bem, que os livros antigos nos falam da sabedoria; citá-los, foi dito ainda, é continuar uma conversa do passado e dar contexto ao presente. Ora, a coleção História do Direito Brasileiro compreende escritos que cobrem século e meio de nossa literatura jurídica – avalie-se, por conseguinte, sua relevância.

Depois, reacende o encanto do livro, sua magia e seu fascínio. Folgo por encontrá-lo, Presidente Sarney, imortal escritor e escritor imortal, comemorando, aqui e agora, o livro, acerca do qual grandes homens disseram: “somos o que lemos” (Alberto Manguel); “o mundo é um livro” (frei Luís de Granada, século XVI); “Dos diversos instrumentos utilizados pelo homem, o mais espetacular é, sem dúvida, o livro... extensão da memória e da inteligência” (Jorge Luís Borges); “creio nos livros e adoro-os” (Machado de Assis); “A leitura é a mais civilizada das paixões... sua história é uma celebração da alegria e da liberdade” (quarta capa do livro de Manguel, Cia. das Letras).

Na Antigüidade, num período histórico em que se não professava tamanho culto ao livro, aqueles que então nada escreveram, por exemplo, Pitágoras, Sócrates, Jesus e Buda, tiveram, mesmo assim, suas palavras registradas por outrem – palavras que se perpetuaram e fizeram filosofias. Se a Antigüidade clássica registra Borges, não



demonstrou ao livro o mesmo respeito que hoje lhe devotamos, sabe-se que Alexandre da Macedônia tinha, sob o travesseiro, a “Ilíada” e a espada – suas duas armas.

O certo é que o livro fez época, a ponto de um leitor voraz e ciumento – tal como registrou Alberto Manguel em “Uma história da leitura” (Cia. das Letras) –, um grão-vizir da Pérsia, carregar sua biblioteca quando viajava, acomodando-a em quatrocentos camelos treinados para andar em ordem alfabética. Ora, o livro não só fez, evidentemente, mas faz e continuará fazendo época, do papiro ao pergaminho, do manuscrito ao impresso. Enfim, eis o poder da biblioteca, aquele “lugar da memória nacional... lugar de diálogo com o passado, de criação e inovação...”, conforme proveitosa anotação de Christian Jacob ao prefaciar “O poder das bibliotecas”.

Tais e tais motivos, entre outros, levaram-nos a reeditar obras tão auspiciosas como as de José de Alencar, Lacerda de Almeida, Clóvis Beviláqua, Teixeira de Freitas, Trigo de Loureiro, Pedro Orlando, Lafayette, Ribas, Magarinos Torres, Thomaz Alves Junior, Vieira de Araújo, Tobias Barreto, José Higyno, Costa e Silva, Galdino Siqueira, Oscar de Macedo Soares, Braz Florentino e Ferreira Tinôco.

As primeiras a surgir são da lavra de Teixeira de Freitas e de Tinôco. “Consolidação das Leis Civis” vem prefaciada pelo Ministro Ruy Rosado, enquanto “Código Criminal do Império do Brasil anotado” traz prefácio do Ministro Hamilton Carvalhido. A leitura dessas apresentações será de grande utilidade para situar o leitor de hoje no contexto reinante na época em que foram escritas.

Os próximos trabalhos editados serão “Menores e Loucos em Direito Criminal”, de Tobias Barreto, com prefácio do Ministro Fontes de Alencar, “Lições de Direito Criminal”, de Braz Florentino, prefaciado pelo Ministro Gilson Dipp, “Curso de Direito Civil brasileiro”, de Antonio



Joaquim Ribas, com exórdio do Ministro Pádua Ribeiro, e “Direitos de Família”, de Lafayette Rodrigues Pereira, de cuja introdução encarregou-se o Ministro Sálvio de Figueiredo. Juntam-se assim as lições de grandes mestres do passado aos ensinamentos que esses eminentes Ministros saberão transmitir em seus preâmbulos.

Vossa Excelência, Senador José Sarney, em artigo intitulado “Meu amigo, o livro”, publicado na “Folha de S. Paulo” em novembro de 2001, dizia que “É preciso garantir o acesso de todos ao livro, viabilizar as bibliotecas...”. É o que estamos fazendo, em medida modesta, é verdade, mas, sem dúvida, para proveito de muitos.

Termino fazendo de público o agradecimento do Superior Tribunal de Justiça ao Conselho Editorial do Senado Federal pela exemplar colaboração recebida, bem como por sua generosidade ao colocar à disposição desta empreitada os recursos pessoais e materiais que a tornaram possível.